
EDUCAÇÃO, TEORIA QUEER E AS DISCUSSÕES SOBRE AS MINORIAS NO ESPAÇO ESCOLAR

EDUCATION, QUEER THEORY AND DISCUSSIONS ON MINORITIES IN SCHOOL SPACE

Alisson da Silva Souza

Minicurrículo

Mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Professor da rede pública municipal de Santo Antônio de Jesus – Bahia, com experiência em Educação Infantil e Alfabetização. Integrante do grupo de pesquisa TRACE/ UEFS.
E-mail: pot_ppb@hotmail.com

Isis Monteiro Rodrigues

Minicurrículo

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Especialista em: Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade de Ciências Educacionais (FACE); Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) pela Faculdade Escola de Engenharia de Agrimensura. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual da Bahia, (UNEB). Professora da rede pública municipal de Itaberaba-BA com experiência em atendimento educacional especializado (AEE) a alunos surdos do Ensino Fundamental I e II.
E-mail: isis.chapada@gmail.com

Tania Regina Leite Santos Figueiredo

Minicurrículo

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Especialista em: Alfabetização (UEFS); Gestão Escolar (Unyahna/BA) e Coordenação Pedagógica

(UFBA). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Coordenadora Pedagógica da rede pública estadual da Bahia, com experiência na orientação de professores do Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Educação Matemática de Feira de Santana (NEEMFS/UEFS).
E-mail: esther.tania@gmail.com

RESUMO

O padrão tradicional e patriarcal de família sob um viés normatizador foi e continua sendo parâmetro para diversos modelos educacionais que por séculos reproduziram uma educação heterossexista, racista e excludente. O presente texto se propõe a fazer uma reflexão sobre a escola, a educação e o currículo a partir de uma perspectiva pós-crítica. É com base nesta abordagem que a teoria *queer* vem subsidiando estudos e pesquisas que questionam relações desiguais dentro da escola. O presente trabalho realiza uma crítica a essa concepção de educação reprodutora de modelos sociais discriminatórios e questiona ainda inexistência de espaços dentro da escola e do currículo para a discussão de temas como diversidade, orientação sexual, gênero, raça e etnia. Este artigo utiliza os pressupostos teóricos de Louro (2000; 2008), Miskolci (2012) e Silva (2007; 2014), dentre outros.

Palavras chaves: Educação. Teoria Queer. Currículo.

ABSTRACT

The traditional and patriarchal family pattern under a normative bias was and still is a parameter for several educational models that for centuries reproduced a heterosexist, racist and excluding education. The present text proposes to make a reflection about the school, the education and the curriculum from a post-critical perspective. It is on the basis of this approach that queer theory has subsidized studies and research that question unequal relationships within the school. The present work criticizes this conception of reproductive education of discriminatory social models and also questions the lack of spaces within the school and the curriculum for the discussion of themes such as diversity, sexual orientation, gender, race and ethnicity. This article uses the theoretical assumptions of Louro (2000; 2008), Miskolci (2012) and Silva (2007; 2014), among others.

Keywords: Education. Queer Theory. Curriculum.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre escola e currículo, na perspectiva das teorias tradicionais, direcionadas para a manutenção do status quo e dos saberes dominantes, colocam no centro do debate questões técnicas e objetivas referentes ao processo de ensino-aprendizagem como: a preparação do jovem para o mercado de trabalho, desenvolvimento de habilidades e competências, metodologias, objetivos, avaliação, formação docente, índices de desempenho, o uso de tecnologias avançadas, entre outros temas que ganham espaço de discussão na sociedade e na grande mídia.

Todos estes tópicos de discussões em torno da educação são válidos, mas têm sido fundamentados para atender a objetivos definidos internacionalmente para o alcance de metas, no entanto não tem promovido mudanças capazes de mover as estruturas dos padrões hegemônicos.

Em sentido contrário estão as teorias críticas e pós-críticas que voltadas para promover

dentro do espaço escolar e em seus currículos debates que conduzam a lutas políticas capazes de mobilizar transformações sociais e políticas em uma sociedade onde as desigualdades reforçam e sustentam as relações de poder, deslocando o foco do questionamento sobre “o quê?” para o “por quê?” se deve aprender tal conteúdo e não outro.

Assim, além das discussões referentes à estrutura, é emergente que a escola e o seu currículo abram espaço para discussões aprofundadas sobre as diferenças sem mascarar e conter as lutas políticas pela busca por transformação social através do mito da democracia racial. Sob a alegação de que as diversas formas de discriminação não estão em nós e surgem sempre do outro, urge pensar que o outro emerge também de nós, “o outro é o outro gênero, o outro é a cor diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a outra raça, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente” (SILVA, 2014, p.97).

Na perspectiva de romper com os paradigmas dominantes é que os movimentos sociais negros, feministas, LGBT'S, de pessoas com necessidades educacionais especiais, entre outros, têm contribuído significativamente ao dar visibilidade a estes grupos que historicamente foram silenciados e subjugados por não estarem enquadrados dentro dos limites estabelecidos por grupos hegemônicos.

O momento atual é de grandes mudanças e de deslocamentos para além das fronteiras, neste cenário a escola tem um grande desafio, frente às rápidas mudanças sociais que inevitavelmente colocam à prova todas as certezas que estruturam as práticas pedagógicas e as relações entre os sujeitos no âmbito escolar. Como afirma Louro (2008, p.28-29):

Escola, currículos, educadoras e educadores não conseguem se situar fora dessa história. Mostram-se, quase sempre, perplexos, desafiados por questões para as quais pareciam ter até pouco tempo atrás, respostas seguras e estáveis. Agora, as certezas escapam, os modelos mostram-se inúteis, as fórmulas são inoperantes. Mas é impossível estancar as questões. Não há como ignorar as “novas” práticas, os “novos” sujeitos, suas contestações ao estabelecido. A vocação normalizadora da Educação vê-se ameaçada. O anseio pelo cânone e pelas metas confiáveis é abalado. A tradição imediatista e prática leva a perguntar: o que fazer? A aparente urgência das questões não permite que se antecipe qualquer resposta; antes é preciso conhecer as condições que possibilitaram a emergência desses sujeitos e dessas práticas.

Com a intenção de levantar questões e fazer reflexões sobre o “estabelecido” e sobre essa “vocação normalizadora” da educação é que nos dispomos neste texto a repensar a escola e o currículo na perspectiva das minorias que agrega uma diversidade de classe, orientação sexual, gênero, idade, nacionalidade e etnia.

Buscando aportes teóricos para nossas discussões, dialogamos com as teorias críticas e pós-críticas através das contribuições de Louro (2008), Miskolci (2012) e Silva (2007; 2014).

Tomamos como referência e como um dos pontos de partida para as nossas reflexões o livro “Um corpo estranho. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer” de autoria de Guacira Lopes Louro, a leitura deste texto nos conduziu a um questionamento que mobilizou esta escrita: Quem são os estranhos na escola? Diante de um questionamento tão desconcertante e nas problematizações trazidas pela teoria *queer* e pensando no espaço da escola e nas discussões estruturais em torno da educação nos dispusemos a refletir sobre estes temas através deste texto.

É fato que a escola está estruturada sob um modelo normatizador, sempre foi e ainda é um espaço fechado, com os olhos focados numa cultura colonial, etnocêntrica, hierarquizada pautada na dominação e na exclusão. Pelo fato de por muito tempo ter sido considerada como espaço de ordem e disciplina a escola nunca recebeu muito bem pretos, pobres, favelados, pessoas com necessidades educacionais especiais, gays, lésbicas, entre outros tantos sujeitos que a sociedade e a escola sempre insistiram em deixar à margem dos espaços sociais e dos currículos escolares por não estarem enquadrados nos padrões deterministas da nossa sociedade conservadora.

Trazer a teoria *queer* para o centro das discussões deste texto, intenciona desterritorializar os conceitos, sem reducionismos, por entendermos que pensar numa pedagogia *queer* é pensar na amplitude que ela abarca, transbordando o terreno da sexualidade.

Segundo Louro (2008) a teoria *queer* permite pensar a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas, além disso também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação. Para a autora, a teoria *queer* provoca uma “reviravolta epistemológica” ao trazer para a superfície as minorias em suas mais diversas especificidades presentes no espaço escolar e vistas como estranhas e excêntricas por ser este espaço normalizador.

Conduzir as reflexões sobre educação, escola e currículo numa trajetória de descolonizar o pensamento para o “avesso” de temas como raça/racismo, relações de gênero e sexualidade, deficiências, pobreza é a possibilidade de provocar o debate em torno de um espaço escolar aberto para o diálogo com as diversidades, impulsionando os sujeitos a lutar por transformação dentro e fora do âmbito escolar, delineando uma reviravolta epistemológica nas formas de pensar e conhecer o mundo e os sujeitos diversos em seus processos de constituição de identidades, pois estas “estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação” (SILVA, 2014, p.108).

TEORIA *QUEER* – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTA PERSPECTIVA TEÓRICA

Para refletir sobre o currículo numa perspectiva pós-crítica Silva, (2007) com base nos conceitos, estratégias e nos ideais de resistência da *teoria queer*, sugere que é necessário fazer uma breve retrospectiva histórica para que seja possível situar o contexto em que as reflexões *queer* surgiram e como veem impactando as práticas pedagógicas e trazendo à tona discussões legítimas sobre as diferenças.

No entanto, antes de apresentar o contexto histórico do surgimento desta teoria é preciso apresentar, com base nas afirmações de diferentes autores, o que significa o termo *queer*. Em inglês a palavra *queer* é uma injúria, um palavrão, um xingamento.

Para Miranda e Garcia (2012) é importante destacar, que a palavra *queer*, utilizada pelos teóricos, não tem uma tradução exata para a Língua Portuguesa. Portanto, a expressão *queer* é traduzida como estranho, talvez ridículo, raro, excêntrico, extraordinário, retratando assim, uma situação de dúvida, questionamento, novidade, rebeldia e diversidade. Louro (2008, p.7- 8) define:

Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante-homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser integrado e muito menos tolerado. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira ao centro e nem o quer como referências; um jeito de pensar que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do entre lugares, do indecível. Queer é um corpo estranho que incomoda, perturba, provoca e fascina.

O termo *queer* também está associado à abjeção. Miskolci (2012) explica que o termo “abjeção” refere-se ao espaço que a coletividade costuma relegar àqueles que consideram uma ameaça ao seu bom funcionamento, à ordem social e política.

A *Teoria Queer* surgiu nos Estados Unidos, no final dos anos 80 do século XX com a eclosão da epidemia de AIDS, trazendo para o centro das discussões as críticas aos estudos sociológicos sobre as minorias sexuais e de gênero. O artigo *Queer Theory: Lesbian and Gays Studies*, publicado em 1991 por Teresa De Lauretis é uma reflexão produzida no contexto original desses estudos durante um seminário realizado na Universidade da Califórnia, Santa Cruz em fevereiro de 1990.

Lauretis (1990) explica que o propósito da conferência, como movimento de luta política, estava baseado no reconhecimento da homossexualidade não na perspectiva marginal, tal como

é concebida no contexto dominante em que a heterossexualidade é vista como uma forma estável de sexualidade.

Este movimento de luta política torna-se também uma corrente teórica que propõe repensar os padrões sociais hegemônicos que determinam padrões para categorizar os indivíduos em normais e anormais e tem como uma das fontes filosóficas as reflexões de Foucault sobre a sexualidade, os trabalhos sobre sexualidade e gênero de Judith Butler e as pesquisas de Sedgwick, que em seus trabalhos abordam a homossexualidade e a heterossexualidade como construções sociais e históricas que podem ser repensadas.

OS ESTRANHOS NA ESCOLA – A REVIRAVOLTA EPISTEMOLÓGICA COM BASE NA TEORIA *QUEER*

As reflexões que permeiam a *teoria queer* problematizam as diferenças. Nos espaços escolares estas reflexões devem mobilizar deslocamentos com a finalidade de promover uma mudança epistemológica capaz de romper com padrões que sustentam uma sociedade hegemônica.

Para Junqueira (2013), ao longo de sua história, a escola brasileira, referindo-se também a seus currículos, estruturou-se a partir de pressupostos fortemente tributários de um conjunto dinâmico de valores, normas e crenças responsáveis por reduzir a figura do “outro” (considerado estranho, inferior, pecador, doente, pervertido, criminoso ou, contagioso) a todos aqueles/as que não se sintonizassem com os arsenais cujas referências eram e ainda são centradas no adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês, física e mentalmente “normal”.

A escola tornou-se, assim, um espaço em que rotineiramente circulam preconceitos que colocam em movimento discriminações de diversas ordens. Com efeito, classismo, racismo, sexismo, heterossexismo, homofobia, entre outros fenômenos discriminatórios, fazem parte da cotidianidade escolar, não como elementos intrusos e sorrateiros. Eles, além de terem sua entrada geralmente franqueada, agem como elementos estruturantes do espaço escolar, onde são cotidiana e sistematicamente consentidos, cultivados e ensinados, produzindo assim efeitos sobre todos/as. Esses efeitos se traduzem nas situações de discriminação que sofrem as pessoas negras, gays, deficientes e etc. “Para isso é crucial a adoção de uma teoria que descreva e explique o processo de produção da identidade e da diferença” (SILVA, 2014, p.99).

Ao pensar nestas e em outras tantas questões a discussão sobre currículo não cabe em um debate morno que não se dispõe a mexer como estabelecido. Discute-se o novo, propõe-se o resignificar tendo como base uma estrutura velha que reforça as relações de poder. Para Silva (2007, p.109):

Um currículo inspirado na *teoria queer* é um currículo que força os limites das epistemes dominantes: um currículo que não se limita a questionar o conhecimento como socialmente construído, mas que se aventura a explorar aquilo que ainda não foi construído.

Repensar o currículo na perspectiva de romper padrões hegemônicos que fundamentam os padrões de relação com o outro que se desconhece e que por este motivo se rejeita, é trazer para o centro das discussões a formação de professores e professoras que, às vezes, consciente ou inconscientemente, tendem a privilegiar a homogeneização, trazendo embutida em suas práticas o seu vivências, as suas crenças fundamentadas nos padrões sociais considerados corretos, normais e coerentes e que não sabem lidar com os alunos que se desviam do caminho que traçaram para ele como sendo correto.

Considerando que a escola deve ser um espaço legítimo para se discutir gênero e sexualidade, entendemos que a mesma deve estar em sintonia com as transformações sociais de seu tempo,

pois ela deve responder de forma responsável também ao que transcorre fora dela, ou seja, não é possível mais uma concepção de escola sem nenhuma implicação com a vida social. Diante disso não há mais como ignorar a diversidade de alunos e alunas que compõem o espaço escolar e que o velho currículo que pretendia contemplar a todos, talvez nunca tenha contemplado e atualmente precisa com urgência ser reformulado.

A história nos revela que a heteronormatividade está na ordem do currículo escolar, e conseqüentemente, se traduz nas formas em que todo o processo educacional acontece, seja em seus espaços, discursos, rotinas e principalmente nos conteúdos e nas práticas pedagógicas. Em seu texto “O corpo educado”, Guacira Lopes Louro, se refere à escola como instituição normativa e normalizadora da heterossexualidade e chama esse processo de pedagogia da sexualidade, pois percebe que a heterossexualidade é tida como a única e natural possibilidade de expressão de gênero e sexualidade.

Pensar a escola na perspectiva da afirmação da vida e valorização da diferença exige que a mesma esteja empenhada no enfrentamento à heteronormatividade e isso deve começar a partir do currículo, pois este olhar heteronormativo que perpassa as relações sociais tem implicações também nos modos de produção de subjetividades.

Tendo como base os estudos de Silva (2014) pensamos que uma pedagogia que contemple a abordagem da identidade e da diferença deve considerar as contribuições da teoria cultural. Ao defender esta teoria, este autor argumenta que, “[...] nessa abordagem, a pedagogia e o currículo tratariam a identidade e a diferença como questões de política. Em seu centro, estaria uma discussão da identidade e da diferença como produção” (SILVA, 2014, p.99).

Cotidianamente ouvimos que é necessário combater os diversos tipos de preconceitos. Partindo da teoria cultural entendemos que esse enfrentamento deve se traduzir através de políticas educacionais que prezem por uma escola em que uma educação não-racista, não-sexista e não-homofóbica seja um direito de todos, construindo laços entre os seres humanos, laços esses capazes de difundir sentimentos e valores de paz. Como argumenta Araújo (2010, p.9):

O reconhecimento da diferença, afirma, tanto a legitimidade da diferença dos outros, como da nossa própria diferença. Esse reconhecimento dispõe o espírito de abertura para o surgimento de laços de interligação com os outros. Laços que incidem nos riscos dos compartilhamentos intensivos de saberes e de sentires, em processos que podem compelir à fraternidade através da interpenetração e dos cruzamentos que nos engrandecem como seres humanos na celebração dos valores primordiais da paz, da solidariedade, da amorosidade, do bem e do belo.

Tendo em vista que a escola é o espaço legitimado para isso, pelo fato de acolher pessoas de diferentes etnias, crenças, e culturas, vale investir em propostas pedagógicas e em processos de ensino aprendizagem que valorizem as diferenças e desconstruam processos históricos de normatização e marginalização das identidades dos sujeitos. De acordo com Silva (2014, p.100):

Uma política pedagógica e curricular da identidade e da diferença tem a obrigação de ir além das benevolentes declarações de boa vontade para com a diferença. Ela tem que colocar no seu centro uma teoria que permita não simplesmente reconhecer e celebrar a diferença e a identidade, mas questioná-las.

Neste sentido, a formação dos professores no cotidiano da escola deve abrir espaço legítimo para reflexões e trocas de experiências, trazendo para o centro das discussões o que não se quer falar por receio, preconceito ou pelo fato de não saber lidar com as diferenças tão presentes nas escolas, aqui cabe algumas perguntas: Quem são os estranhos na escola? As práticas pedagógicas contemplam as diferenças ou garantem a perpetuação do poder hegemônico? Os professores estão preparados para lidar com as diferenças em sala de aula?

Para Candau (2008) estamos longe de “instrumentalizar didaticamente a escola” para trabalhar com as diferenças, assim como transformá-las em “vantagem pedagógica”, mas acredita ser esse o caminho a trilhar para a construção de uma escola verdadeiramente democrática e justa, o que supõe articular igualdade e diferença. Afirma ainda que a “diferença está no chão da escola” e o reconhecimento disto possibilitará um novo olhar sobre o processo de aprendizagem e os sujeitos que fazem parte do cotidiano escolar.

Diante de tantas questões intrínsecas ao currículo que reforçam as relações de poder e atribuem juízos de valor aos indivíduos com base nas ideias da hegemonia dominante normalizadora que marginaliza o que desconhece é fundamental que as discussões sobre a educação e os espaços escolares passem por uma revolução copernicana, girando em torno de novas órbitas e levantando pontos de contraposições e mudanças. E isso pode ser feito dentro das escolas, nas reuniões com o corpo docente, na reformulação das propostas pedagógicas e sobretudo com a comunidade escolar. Para Silva (2014, p. 91- 92):

A pedagogia e o currículo deveriam ser capazes de oferecer oportunidades para que as crianças e os/as jovens desenvolvessem capacidades de crítica e questionamento dos sistemas e das formas dominantes de representação da identidade e da diferença.

Nesta nova rota as questões sobre a escola e seu currículo devem se descentrar do “Como se ensina? ”, indo na direção de pensar “O que se ensina? ” e “Por que se ensina? ”. Para Junqueira (apud PERRENOUD, 2000, p.149):

Se um jovem sai de uma escola obrigatória persuadido de que as moças, os negros ou os muçulmanos são categorias inferiores, pouco importa que saiba gramática, álgebra ou uma língua estrangeira. A escola terá falhado drasticamente.

Assim, conforme afirma Louro (2008), numa pedagogia e num currículo *queer*, a diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: ela estaria dentro, integrando e constituindo o eu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como professores, percebemos que a escola brasileira apresenta um histórico de desigualdade e exclusão dos sujeitos considerados diferentes dos padrões hegemônicos estabelecidos. Por isso, essa instituição ainda encontra-se distante de apresentar uma pedagogia que efetivamente contemple um currículo da diferença, ao contrário, é perceptível a invisibilidade do pobre, do negro, das feministas, LGBT'S, entre outros, tanto no âmbito do currículo como nas práticas escolares. Diante desse panorama, ainda a ser superado, refletir sobre a temática proposta neste trabalho torna-se urgente e necessária.

Os debates acerca da teoria *queer* são pertinentes, uma vez que ainda muitos professores encontram-se despreparados para lidar com as diferenças em sala de aula, em muitas circunstâncias causadas por concepções enraizadas de uma sociedade excludente. Nesse sentido, percebe-se que os diferentes transitam pelas escolas, permanecendo invisíveis nos currículos, nas práticas pedagógicas e nos valores difundidos pelas instituições educacionais.

Entretanto, sendo a escola um espaço diverso, indissociável do âmbito social, podemos considerá-lo um ambiente fundamental para romper com as arraigadas concepções sociais e excludentes, investindo em propostas curriculares e ações pedagógicas que valorizem as diferenças e respeitem a diversidade cultural que permeia estes espaços. Nesta lógica, Santos (1997,p.22), argumenta que, “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza e o direito de ser diferente quando a igualdade os descaracteriza”.

Nesta perspectiva, para que a escola respeite e aceite as diferenças dos diversos sujeitos inseridos nela, permitindo as manifestações de suas peculiaridades, sem descaracterizá-las, torna-se necessário uma reestruturação da escola, por meio de mudanças em suas relações com o outro e esta mudança tem que iniciar-se em nós mesmos, pois segundo Abramowicz, Rodrigues e Cruz (2011), “[...] quando nada fazemos, ensinamos a norma e a normalidade”. Sendo assim, não devemos nos limitar a reconhecer o direito das pessoas à diferença e sim criarmos espaços para que esta diferença possa manifestar-se. “A heteronomia precisa ser produzida” (GUATTARI apud ABRAMOWICZ; RODRIGUES; CRUZ, 2011, p. 96).

Na visão de Abramowicz, Rodrigues e Cruz (2011), a escola necessita sair da função de reprodutora e espectadora da intolerância às diferenças, criando assim a pedagogia do intolerável, entendendo esta como a resistência do poder da vida contra o poder sobre a vida.

Tarefa difícil, mas possível a partir do momento que nós educadores e educadoras, nos encontrarmos dispostos/as a reivindicarmos o nosso direito de participação coletiva na elaboração das políticas educacionais, na gestão do trabalho pedagógico e na criação de canais de comunicação com a sociedade.

Referências

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; CRUZ, Ana Cristina Juvenal. **A diferença e a diversidade na educação**, 2011. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/38>> Acesso em: 10. jul. 2017.

ARAÚJO, Miguel Almir Lima. **Tradição cultural, diversidade e interculturalidade. Tradições sertânicas: por uma pedagogia do fuxico**. Disponível em: <http://www.chubut.edu.ar/descargas/secundaria/congreso/INTERCULTURALBILINGUE/RLE2332_AlmirLima.pdf>. Acesso em: 10. jul. 2017.

CANDAU, Vera Maria. **Diferenças Culturais e Processos Pedagógicos**. Ministério Da Educação e Cultura / Tv Escola, 2008. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/182618Curriculo.pdf>> Acesso em: 06 jul. 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.7, n.13, p.481-498, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> Acesso em: 03 jul. 2017.

LAURETIS, Teresa de. Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities, Differences. **A Journal of Feminist Cultural Studies**, v.3, n. 2, p.3-28, 1991.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MIRANDA, Olinson Coutinho; GARCIA, Paulo César. **A teoria queer como representação da cultura de uma minoria**, 2012. Disponível em: <<http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/04/A-teoria-queer-como-representa%C3%A7ao-da-cultura-de-uma-minoria.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

MISCKOLCI, Richard. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. **Cadernos de Diversidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autentica, 2007.

_____. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.